

Redenção ou liberdade: o herói Dragão do Mar e o seu papel na abolição do Ceará (1881-1884)

Redemption or freedom: the hero Dragão do Mar and his role in the abolition of Ceará (1881-1884)

GUSTAVO BHERING BITTENCOURT MACHADO DE RESENDE

Discente de História (UNIPAM)
E-mail: gustavobhering@unipam.edu.br

ALTAMIR FERNANDES DE SOUSA

Professor orientador (UNIPAM)
E-mail: altamirinho@unipam.edu.br

Resumo: As minúcias da narrativa penetrada no antagonismo e, ao mesmo tempo, na simbiose entre o ato de biografar e historiografar, constituem-se como norteadoras na compreensão dos contrastes e semelhanças presentes em tal relação, já que, a partir do fim do século XX, a biografia se reconstitui como fonte histórica. Alinhado a essa questão, para então entender a participação do Dragão do Mar na abolição cearense em 1884, é de suma importância o objetivo de analisar a conjuntura histórica tanto da formação e consolidação do movimento abolicionista cearense quanto a construção da biografia e trajetória de Francisco José do Nascimento. Percorrendo-se a narrativa do biógrafo Edmar Morel, a criação da narrativa sobre o heroísmo de Chico da Matilde, demonstra, muitas vezes, pautada nas ilusões biográficas, a necessidade um olhar mais crítico à jornada do herói jangadeiro, não descartando, logicamente, a contribuição de sua liderança ao bloqueio dos portos contra o tráfico negreiro. Por fim, a busca de legitimação do herói de tantos nomes, de Francisco José do Nascimento a Dragão do Mar, traz a possibilidade de compreensão da representatividade do cearense que conseguiu ir além de sua época, chegando ao século XXI, através da história e cultura popular, nas imaginações e mentalidades do povo brasileiro, como símbolo maior de liberdade.

Palavras-chave: Ceará. Dragão do Mar. Abolicionismo. Liberdade.

Abstract: The nuances of the narrative penetrated in the antagonism and, at the same time, in the symbiosis between the act of biographing and historiographing, constitute guiding principles in the understanding of the contrasts and similarities present in such a relationship, since, from the end of the 20th century, biography has been reconstituted as a historical source. Aligned with this issue, in order to understand the participation of Dragão do Mar in the abolition of slavery in Ceará in 1884, it is of paramount importance to analyze the historical conjuncture both of the formation and consolidation of the abolitionist movement in Ceará and the construction of the biography and trajectory of Francisco José do Nascimento. Following the narrative of the biographer Edmar Morel, the creation of the narrative about the heroism of Chico da Matilde often demonstrates, based on biographical illusions, the need for a more critical look at the journey of the jangadeiro hero, without disregarding, of course, the contribution of his leadership to the blockade of ports against the slave trade. Finally, the search for legitimization of the hero of many names, from Francisco José do Nascimento to Dragão do Mar, brings the possibility of

understanding the representativeness of the Cearense who managed to go beyond his time, reaching the 21st century through popular history and culture, in the imaginations and mentalities of the Brazilian people, as a symbol of freedom.

Keywords: Ceará. Dragão do Mar. Abolitionism. Freedom.

“[...] Antes do fim do século a escravidão terá desaparecido da face da terra. A liberdade é a lei humana”
(Victor Hugo).

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 2019, com o samba-enredo nomeado “História pra Ninar Gente Grande”, a Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira se apresentou no Carnaval com uma crítica à “História Oficial do Brasil”, na qual parte da historiografia enaltece e ainda enaltece somente um lado da história, em detrimento de outras vozes. Assim, o samba retoma a necessidade de se “revisitar a história do Brasil não contada pela visão dos vencedores, escrita por aqueles que detêm o poder econômico, militar e educacional, questionando-a e apresentando os povos que realmente sustentaram o Brasil” (MENEZES, 2021). Na terceira estrofe da canção, percebe-se a tentativa de mudar o estigma dos marginalizados da história, (re)colocando-os como “novos heróis” para o processo do fim da escravidão, citando o próprio Dragão do Mar, principal ator deste estudo.

Brasil, o teu nome é Dandara
E a tua cara é de cariri
Não veio do céu
Nem das mãos de Isabel
A liberdade é um dragão no mar de Aracati [...] (Estação Primeira de Mangueira, HISTÓRIA PRA NINAR GENTE GRANDE, 2019).

A partir dos versos: “Não veio do céu / Nem das mãos de Isabel”, nasceu o interesse de entender, pois, se grande parte da historiografia brasileira, como também os próprios indivíduos dos anos finais do século XIX no Brasil, enalteceram a princesa Isabel como a redentora dos escravos, como reconstruir a história, afastada desta ótica do segundo reinado, entendendo o processo abolicionista através de outros heróis? Assim, surge a busca pela compreensão da imagem e simbologia do Dragão do Mar para a história brasileira.

O presente artigo teve como finalidade a construção de uma análise historiográfica a partir da vida e trajetória do jangadeiro Dragão do Mar, que, além de ter sido membro do movimento abolicionista Sociedade Cearense Libertadora (SCL), lutou pelo fim do tráfico intraprovincial de escravizados em 1881, se tornando um símbolo histórico da abolição na província do Ceará, ao passo que sua imagem se transfigurou como de um herói da liberdade, através tanto das palavras de Edmar Morel, de José do Patrocínio, etc., quanto da própria imaginação popular.

REDENÇÃO OU LIBERDADE: O HERÓI DRAGÃO DO MAR E O
SEU PAPEL NA ABOLIÇÃO DO CEARÁ (1881-1884)

Foi desenvolvida uma análise historiográfica sobre a pioneira abolição cearense, interligando-a com a vida, biografia e trajetória do líder jangadeiro Francisco José do Nascimento, investigando, assim, sua construção simbólica como o herói Dragão do Mar. Foi feito um estudo sobre os contrastes e semelhanças da relação história-biografia e o ressurgimento da biografia como fonte da historiografia, fazendo-se uma alusão à construção dos heróis da abolição, principalmente na perpetuação do Dragão do Mar, através do biógrafo Edmar Morel.

Não menos importante, como membro da direção da Sociedade Libertadora Cearense, Chico da Matilde é citado pela história como a grande figura da greve dos jangadeiros do ano de 1881, deixando aberta a premissa de uma investigação à sua real importância ao movimento e, principalmente, à resposta de por que o trancamento dos portos do Ceará elevou à província o pioneirismo da abolição de seus escravizados em 1884, transformando-a na “terra da luz”, – assim chamada por José do Patrocínio – e transcendendo o jangadeiro a herói.

Conectada aos objetivos, surgiu a problemática que deu o norte da pesquisa: uma das ilustrações presentes no número 376 da “Revista Illustrada”, publicada em 1884 no Rio de Janeiro. Na ilustração, os alicerces da emancipação dos escravos na província do Ceará (representada por uma mulher branca) estava o líder Francisco José do Nascimento – posteriormente o herói Dragão do Mar – guiando a “Liberdade”.

Assim, relacionando o periódico oitocentista e o samba-enredo carnavalesco de 2019, germinou-se a principal indagação: o símbolo heroico do jangadeiro representou e representa a imagem de liberdade – a liberdade é um dragão no mar de Aracati – ou seria tão somente mais um símbolo que segue a premissa de uma emancipação de cima para baixo, em que os próprios escravizados não tinham vez e voz, e assim como a capa de 1884, imploravam pela sua redenção e liberdade?

Figura 1: “Livre!” – Capa *Revista Illustrada*, 1884



Fonte: Revista Illustrada, 1884, n. 376.

Através dessa problemática, o projeto visou compreender a luta abolicionista da província cearense e como o Chico da Matilde, sendo um dos protagonistas da história negra do Brasil, virou símbolo e memória de liberdade e emancipação. Além

disso, a partir da escolha dessa temática, foi analisada a abolição cearense, compreendendo a mentalidade do povo brasileiro do século XIX – filhos de um longo regime escravocrata e de uma nova luta emancipatória – colocada lado a lado de uma nova abordagem histórica sobre o líder jangadeiro, a qual traz uma concepção de liberdade vinculada ao herói.

Em um artigo publicado nos “Cadernos CEDEM”, Teresa Maria Malatian (2008, p. 25) afirma que o ato de biografar é desafiador para o pesquisador, pois determina uma nova ótica “literária” das distintas e contraditórias interpretações e testemunhos. Neste trabalho, desenvolveu-se um olhar crítico diante das narrativas e biografias de Chico da Matilde, utilizando, como metodologia, a análise de fontes historiográficas, monografias, livros, periódicos e jornais próximos ao recorte histórico de 1881-1884, enfatizando uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. Utilizou-se também de uma análise de algumas das leis emancipacionistas: Lei Feijó (1931), Lei Eusébio de Queirós (1850) e Lei do Ventre Livre (1971), para contextualização do surgimento do tráfico interprovincial e da força do movimento abolicionista.

Por fim, identificando-se a real luta travada pelo Dragão do Mar, presente na linha tênue da redenção e liberdade aos cativos, foi possível não só ampliar o estudo sobre as causas/consequências do movimento abolicionista do Ceará, mas também, principalmente, remontar a “jornada do herói” Dragão do Mar, sua imagem de liberdade, resistência, cultura, identidade cearense e sua importância para revelação dos heróis, negros-pretos e pardos, silenciados na história do que chamamos hoje de Brasil.

2 O CONFLITO PELA NARRATIVA DA HISTÓRIA

Como um agente histórico presente na luta antiescravista no Brasil, a ação de Francisco José do Nascimento como líder grevista foi transmitida além de seu tempo, perpassando sua trajetória de abolicionista para um verdadeiro herói da abolição, ovacionado pela onda de festas emancipatórias na capital brasileira, na década de 1880, e pelas “ondas do mar da história”, no início da era varguista.

De Francisco a Dragão do Mar, o seu simbolismo heroico foi construído não só pelo próprio movimento natural da cultura viva, mas também dentro do “conflito” entre biografia *versus* história. A partir das minúcias da narrativa, penetradas no constante antagonismo e simbiose entre o ato de biografar e historiografar, coloca-se como necessária a investigação de como se deu a estruturação biográfica do jangadeiro antes de diagnosticar quem foi e quem deve ser lembrado como Dragão do Mar.

Ainda que se apresentasse viva nos limites do campo histórico, desde a antiguidade greco-romana à pós-modernidade, a Biografia se viu, simultaneamente, como vilã e cúmplice da História, já que a concepção de como deveria ser produzida uma biografia – principalmente relacionada ao pensamento positivista – pautava-se na exaltação de um indivíduo. Não em detrimento daqueles que os cercavam, mas justamente na importância de tal ser para como os seus, isto é, a revalorização do indivíduo em um herói divino, um grande homem como resultado da raça, do meio, do momento, “o homem-partícula, o átomo social que tributou ao romantismo a mudança de sentido da biografia: a tensão entre indivíduo e sociedade privilegiou a primeira e a

biografia visava encontrar no destino individual a força do contexto geográfico, cultural, histórico, social” (MALATIAN, 2008, p. 18).

No século XIX, as biografias tiveram importante papel na construção da ideia de “nação”, imortalizando heróis e monarcas, ajudando a consolidar um patrimônio de símbolos feito de ancestrais fundadores, monumentos, lugares de memória, tradições populares etc. Esta concepção foi retomada pela corrente positivista. A biografia assimilou-se à exaltação das glórias nacionais, no cenário de uma história que embelezava o acontecimento, o fato. Foi a época de ouro de historiadores renomados como Taine, Fustel de Coulanges e Michelet, autor de excepcionais retratos de Danton a Napoleão (PRIORE, 2009, p. 8).

Ao passo que a discussão científica toma a história, o teor luxuoso e profético começa a cair por terra, e a biografia, a priori, “constituía um passatempo de homens cultivados, literatura prestigiosa de acadêmicos, praticada por políticos, advogados, notáveis e letrados em geral, sem alcançar estatuto de cientificidade” (MALATIAN, 2008, p. 18). Idealizada como um gênero discursivo, voltado para a promoção de grandes virtudes, a escrita biográfica ganhou, com o passar do tempo, e dentre as correntes historiográficas em meados do século XX, uma busca por autenticidade e verdade que, fomentada pelo antagonismo entre história e literatura, acirrou ainda mais a tensão entre ficção e realidade histórica (CARNEIRO, 2000, p. 212).

Pouco a pouco, na mesma época, história e literatura se divorciaram. A história tornou-se uma disciplina e monopólio de acadêmicos. Primeiro, sob as bordoadas dos positivistas da *Neue Historische Schule* de Leopold Von Ranke, cujas repercussões logo se fizeram sentir entre belgas e franceses. A seguir, e de maneira decisiva sob a influência irradiadora da Escola dos Annales, animada por Lucien Fébvre e Marc Bloch, no início do século XX. Foi o momento do eclipse da narrativa, enterrado junto com a história factual. Ao minimizar a história política, diplomática, militar ou eclesiástica que evidenciava o indivíduo e o fato, a Nova História, nascida dos Annales nos anos 60, optou por privilegiar o “fato social total” em todas as suas dimensões econômicas, sociais, culturais e espirituais (PRIORE, 2009, p. 8).

Obstante o propósito de construir uma historiografia distanciada dessa ótica individualista, é partir da história dos grandes movimentos econômicos e sociais que o francês Lucien Febvre – um dos membros mais importantes da *École des Annales* – buscou apontar os problemas e perigos sobre a biografia individual, falhando, entretanto, na luta antibiográfica. Sua biografia sobre Martinho Lutero acabou vinculando uma nova

interpretação para a narrativa biográfica, sendo chamada por alguns historiadores de Biografia Modal. “Sua contribuição ao gênero consistiu em esclarecer trajetórias individuais rompendo, no entanto, com a concepção de heróis super-homens e centrando a análise na utensilagem mental específica de um período e de um grupo de homens. [...]” (MALATIAN, 2008, p. 18).

[...] não houve entre os Annalistas da primeira geração ruptura com o gênero biográfico, mas, sim, um ajuste da abordagem ao novo campo teórico e metodológico que se abria para a temporalidade ampla, o econômico e o social. A biografia que daí resultou caracterizou-se pela recusa dos exageros laudatórios do século XIX e pela busca de adequação a paradigmas historiográficos voltados para uma História objetiva, as mentalidades, os atores coletivos que, no entanto, reservaram um espaço e um protagonismo aos sujeitos individuais (MALATIAN, 2008, p. 19).

Sendo renegada por parte da historiografia, já nas últimas três décadas do século XX, a narrativa ressurgiu na escrita histórica tendo principal relação com a ressignificação da Biografia, que, antes, se via em contradição diante “das verdades” da narrativa. Verena Alberti (2000, p. 1) evidencia que, entre os anos de 1970 e 80,

[...] apresentou-se um novo quadro na pesquisa histórica: temas contemporâneos foram incorporados à história (não mais reservada apenas ao estudo de períodos mais remotos); valorizou-se a análise qualitativa; experiências individuais passaram a ser vistas como importantes para a compreensão do passado (às vezes mais significativas do que as grandes estruturas como os modos de produção); houve um impulso da história cultural e um renascimento da história política (esta última não mais a história dos “grandes feitos” dos “grandes homens”, mas o *locus* privilegiado de articulação do social, a ação dos atores e de suas estratégias) e revalorizou-se o papel do sujeito na história – portanto, da biografia.

Nesse período, os historiadores ligados à Nova História Cultural e a Micro-História começaram a se preocupar com reconstruir uma biografia, que, no fim, pudesse significar uma “Ilusão Biográfica” – perspectiva e narrativa nomeada por Pierre Bourdieu como limitadora da vida do indivíduo como sequencial, coerente e repleta de sentidos – bem como perceber que uma história de vida é, na verdade, formada por incertezas, falta de propósitos e descontinuidades, desfigurando-se de mais uma ilusão: os destinos (MALATIAN, 2008, p. 26).

A nova biografia, agora histórica, buscava desvendar os diversos fios que interligam os indivíduos ao seu contexto social e histórico, sendo que uma das novas funções do biógrafo seria recuperar as incertezas, as oscilações “e até mesmo o papel do

acaso – mostrando que suas trajetórias não estavam predeterminadas desde o início” (SILVA; OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2021, p. 149).

Historiadores como Simona Cerutti, Maurizio Gribaudi, Giovanni Levi, Edoardo Grendi e Sabina Loriga questionaram o princípio da narrativa linear permeada pelo tropo da ironia nas biografias tradicionais, inserindo a trajetória de vida dos atores sociais em um espaço relacional e interdependente. Mais especificamente, apresentaram em seus trabalhos uma perspectiva em que o foco biográfico, que faz parte da proposta original da micro-história e de sua contribuição empírica, acomoda os atores sociais e as instituições que criaram as estruturas que contribuíram para o florescimento dessas interações e que geraram a maior parte dos registros documentais que sedimentaram a memória dessas mesmas interações (CARNEIRO, 2020, p. 213).

Com uma revalorização do indivíduo, mas partindo agora das próprias estruturas e classes sociais, a História dos “de baixo” influenciou a construção de uma trajetória individual. Para Teresa Maria Malatian (2008, p. 21), é uma trajetória “mais descritiva e narrativa que analítica, enfocando o homem mais que as circunstâncias, incorporando aportes da literatura, a historiografia com seus diversos “retornos” abriu novamente espaço para a biografia”.

O retorno da biografia é um movimento internacional e perceptível em diversas correntes recentes, tais como a nova história francesa, o grupo contemporâneo de historiadores britânicos de inspiração marxista, a micro-história italiana, a psico-história, a nova história cultural norte-americana, a historiografia alemã recente e também a historiografia brasileira atual. Apesar das diferenças entre estas tradições historiográficas, é marcante em todas elas o interesse pelo resgate de trajetórias singulares. (SCHMIDT, 1997, p. 5).

Seguindo a mesma premissa desse novo ato de biografar, o jornalista e biógrafo Lira Neto (2009), autor de “Padre Cícero: poder, fé e guerra no sertão”, em uma entrevista para o canal *História da Ditadura*, elucidou que tanto o historiador quanto o biógrafo devem ter consciência da necessidade do uso da narrativa e compreender que a biografia é, essencialmente, a construção de lacunas, em que algumas respostas não serão alcançadas, tornando-se impossível a reconstituição total e absoluta do passado (CAVALCANTE NETO, 2021).

[...] no meu trabalho eu fico muito mais feliz quando eu consigo semear a dúvida, de que semear alguma certeza. Eu não escrevo pra obter certezas absolutas; eu não

escrevo pra descobrir a verdade. É claro que é uma busca incessante, mas sempre imperfeita e sempre quebrada [...] disso que nós convençamos chamar de verdade; mas sempre percebendo que há versões em confronto, que há um conflito, inclusive, pela narrativa da história (CAVALCANTE NETO, 2021).

Lira Neto traz a concepção de que há um “conflito pela narrativa da história”, um choque entre a pluralidade e divergência de interpretações dos fatos que, em prol da melhor e mais verídica reconstrução do passado – e ligada tanto às inúmeras correntes historiográficas como também aos discursos políticos e ideológicos – geram símbolos históricos e memórias identitárias. Na dissertação de Mestrado em História Social, “O Dragão do Mar na ‘Terra da Luz’: a construção do herói jangadeiro (1934-1958)”, a historiadora Patrícia Xavier evidencia que a instauração do governo varguista e o cinquentenário da emancipação escravocrata do Ceará em 1934 transferiram ao período alta discussão política sobre as identidades nacionais e regionais e a tentativa de certos intelectuais, como Edmar Morel, de homogeneizar o heroísmo do Dragão do Mar.

Após um período de adaptação ao regime republicano, característica geral do momento da República Velha, fase em que foram forjados os principais símbolos nacionais (como bandeira, letra do hino, brasão, etc.), o Estado Novo procurou investir no fortalecimento do sentimento de unidade nacional. É nesse instante que surgem instituições como o Serviço do Patrimônio Histórico Nacional, por exemplo. As unidades de federação seguiram essa tendência e contribuíram mediante estudos de suas particularidades históricas. Dessa forma, os anos 1930 e 1940 forjaram o brasileiro, mas também foram importantes para a **definição do cearense**, do paulista, do mineiro, do carioca etc (XAVIER, 2010, p. 12, destaque nosso).

Dessa maneira, com a colocação da historiadora sobre o investimento no “sentimento de unidade nacional” correlacionada à compreensão do conflito entre Biografia-História e suas implicações na historiografia, abre-se um grande leque analítico para o estudo da biografia de heróis nacionais se amplifica. A análise tanto da biografia sobre o Dragão do Mar (escrita por Edmar Morel) quanto de sua trajetória em si, alinhada à conjuntura da luta abolicionista – e como tal luta foi enfatizada pelas ondas da história – possibilita novas interpretações sobre a metodologia e simbologia de tal biografia e, por que não, desloca novos olhares para com os escravizados: heróis da abolição silenciados na história brasileira.

3 DE JANGADEIRO A HERÓI: BIOGRAFIA POR EDMAR MOREL

Francisco José do Nascimento nasceu no município de Aracati (Ceará), na praia Canoa Quebrada, em 1839. Francisco, ou também chamado de Chico da Matilde (nome

de sua mãe), era negro, livre e pertencia a uma família de pescadores. De acordo com Edmar Morel (1967), em “Vendaval da Liberdade”, Francisco, com oito anos, ficou órfão do pai, que teria morrido na extração dos seringais da Floresta Amazônica, assim como inúmeros retirantes sertanejos do Norte.

Quando alguém experimenta a desventura de sair de sua terra para trabalhar na borracha tem em vista, unicamente, a riqueza quase miraculosa da Amazônia. 50% dos que partem, fortes e esperançosos, não voltam. Tombam nas selvas, vitimados pelas febres, ou de tocaia, ao pedirem contas no barracão.

Dos que conseguem ficar, doentes e explorados, bem poucos podem regressar ao torrão natal. As suas despesas ultrapassam sempre os salários. O nordestino, dia a dia, torna-se mais prisioneiro do patrão (MOREL, 1967, p. 61-62).

Dessa forma, levando-se em conta que agora estava sem marido, Matilde, “sem condições de criar os filhos sozinha, conseguiu um emprego para Francisco como garoto de recados num dos navios que fazia o percurso entre Fortaleza, Pernambuco e Maranhão” (XAVIER, 2010, p. 8).

Contudo, ao se analisarem os escritos de Edmar Morel (1967), em “Vendaval da Liberdade”, percebe-se a construção de uma narrativa que busca, ao máximo, por meio de justificativas, cobrir as lacunas da história, mas que, erroneamente, alargam demasiadamente tais rupturas. Isso é demonstrado a partir dos documentos referenciais de Morel, sendo destacado um diário de Chico da Matilde, “cheio de episódios pitorescos” (MOREL, 1967, p. 63), em que relata momentos e situações de sua vida, até mesmo da infância – mesmo que tenha aprendido a ler e escrever por volta de seus vinte anos. A suposição da existência ou não de tal diário do jangadeiro não tira o mérito da contribuição de Edmar Morel, entretanto corrobora uma das análises do primeiro capítulo: a presença das ilusões cunhadas por Bourdieu nas biografias heroicas.

[...] Procuo os historiadores Hugo Vitor Guimarães e Silva e Luiz Brigido, este último parente afim do “Dragão do Mar”, de quem herda dezenas de documentos inéditos e o rascunho de um diário íntimo, mais tarde corrigido pela sua família”.

Assim, é possível realizar este trabalho, incompleto, sem dúvida. Contudo, faço um roteiro. Abro o caminho para os historiadores. O que se fazia necessário, antes de mais nada, era tirar da obscuridade e do esquecimento um herói da ralé, que a golpes de audácia e o espírito voltado para Humanidade, se transforma em ídolo do seu povo (MOREL, 1967, p. 29).

Um dos exemplos das anotações de Francisco José de Nascimento seria um relato sobre a necessidade de sua família sair da cidade, após certo episódio que,

hipoteticamente, ocorreu quando Francisco, ainda menino, trabalhou na cozinha do novo juiz de Direito de Aracati na época, no fim de 1840. Com “recortes incisivos” do diário, Morel cita tais anotações, em que Chico conta como iniciou seus trabalhos no além-mar, exemplificando até mesmo nomes e locais.

Durante todo o dia, minha pobre mãe rezou na igreja, pedindo uma graça, que finalmente alcançou. Embarquei no Tubarão, do comendador português José Raimundo de Carvalho, natural do Minho. Na primeira viagem, enjoei muito e passei dias caído no porão. A bordo fazia o papel de menino de recado (MOREL, 1967, p. 62, trecho do diário).

Pontualmente, Patrícia Pereira Xavier evidencia:

Diferente das biografias históricas, a escrita de Edmar Morel não se preocupa com os rigores nas citações de fontes ou mesmo com a crítica a essas fontes. Como um jornalista, o autor está muito mais preocupado em edificar um perfil do Dragão do Mar e em reafirmar sua posição de herói, não um herói qualquer, mas um herói do povo, que merecia ter sua história contada, **mesmo que não existissem muitas fontes, ou que fosse preciso em alguns momentos usar a imaginação jornalística** para que a trajetória de Chico da Matilde fosse coerente com o grande-homem que estava sendo descrito (XAVIER, 2009, p. 4, destaque nosso).

Desde criança, Chico da Matilde foi construindo sua admiração pelo mar e trabalhando em diversas embarcações, mas sua “carreira” portuária como jangadeiro, como discorre Morel, ganha notoriedade na década de 1870 (por volta dos 30 anos), época em que Francisco José do Nascimento deixa Aracati para viver em Fortaleza, capital cearense. “Casado com D. Joaquina Francisca, clara, porém de condições modestas, o praieiro compra duas jangadas para auxiliar o sustento da pequena família, à qual se agregam sobrinhos e afilhados”. (MOREL, 1967, p. 75). Já em 1874, torna-se o 2º Prático dos Portos.

Entre um trabalho e outro, Chico da Matilde aprendeu muito. Com vinte anos, sabia ler e escrever. Segundo Edmar Morel, tinha noções de inglês e alemão. Nessas viagens, conheceu e tornou-se conhecido. No ano de 1874, Francisco do Nascimento é nomeado 2º Prático da Capitania dos Portos, além de direcionar os navios para que atracassem sem maiores transtornos, possuía duas jangadas que faziam o transporte entre as embarcações e a praia (XAVIER, 2010, p. 9).

Devido à precariedade dos portos cearenses e os fortes ventos, muitas vezes os navios eram impedidos de atracar com segurança, ficando distantes da praia, ao passo que a função do 2º Prático e dos jangadeiros era fazer o tráfego tanto de objetos quanto de pessoas entre estas embarcações e a praia, de forma segura. (XAVIER, 2010, p. 8). Dessa maneira, nessa responsabilidade de transporte, fixa-se um ponto crucial, isto é, somado às condições do porto, além do trânsito de cargas entre o cais e os barcos, o dos próprios escravizados – vistos como mercadorias – também eram transportados através das jangadas.

No *Manifesto da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro*, publicado em 1883, o escritor, jornalista e ativista negro José do Patrocínio – um dos mais importantes abolicionistas desse período – indaga a não conclusão e prática da lei de 07 de setembro de 1831, a famosa Lei Feijó. Tal lei, pressionada pela Inglaterra por volta de 20 anos antes de sua promulgação, libertaria todo escravo traficado do continente africano ao Brasil, como também puniria os próprios traficantes e leiloeiros.

Porém, José de Patrocínio questiona justamente o aumento significativo do número de africanos importados, mesmo depois da Lei Feijó, que, na verdade, nunca saiu do papel, culminando o ditado popular “Lei pra Inglês ver” e deixando de garantir o real direito àqueles que deveriam se tornar livres ou de punir quem os privava.

Cumpre-nos acrescentar uma observação de Eusebio de Queiroz:

A Inglaterra viu que tendo nos annos anteriores orçado por vinte mil o numero de africanos annualmente importados no Brazil, esse numero, em vez de diminuir, augmentou, chegando em 1846 a 50,000, em 1847 a 56,000, em 1848 a 60,000!

Tomando com base do calculo o numero de 20000 africanos annualmente importados, devemos augmentar a esse algarismo a somma de 220.000 africanos pirateados de 1831 a 1842. [sic] (PATROCÍNIO, 1883, p. 8).

A “estatística da introdução criminosa de africanos”, como coloca José do Patrocínio, comprova que, sendo registrados, no início de 1840, aproximadamente 17.500 escravizados traficados e até o fim da década tal número aumenta exponencialmente para 60.000, somente após a promulgação da “Lei Eusébio de Queirós”, em 1850, que o número de africanos traficados diminuiu. (PATROCÍNIO, 1883, p. 8). Entretanto, “o grande dilema daquele momento era o tráfico de escravos para outras províncias” (MARTINS, 2014, p. 10).

Levando-se em conta que deveria ocorrer o esvaziamento do corpo do escravista, através da citada Lei Eusébio de Queirós e posteriormente com a Lei do Ventre Livre (1871) – conjuntura, na qual Chico da Matilde inicia seu trabalho como jangadeiro –, a lei de 1850 se referia, contudo, ao tráfico transatlântico, e pela sua efetividade, como realça Patrocínio, a principal saída encontrada pelos traficantes e senhores de escravos era a ilegalidade do comércio interprovincial. Efetividade para quem?

Lembremos que enquanto o Ceará vinha num ritmo de diminuição de sua população cativa, naquele contexto motivado pela seca que o assolou em fins da década de 1870, regiões de economia mais dinâmica como Rio de Janeiro e São Paulo necessitavam cada vez mais de escravos para manter a produção de café. Considerando a impossibilidade de aquisição de escravos africanos, proibida definitivamente desde 1851, restava agora a compra de escravos nacionais. É aqui que o Ceará é importante. **No início da década de 1880, a província do Ceará era a maior exportadora de escravos do Brasil** (MARTINS, 2014, p. 10, destaque nosso).

Como São Paulo e Rio de Janeiro, naquele contexto, tornavam-se cada vez maiores produtoras e exportadoras de café, a contraposição entre a necessidade de grande mão de obra para os cafezais e a proibição do tráfico negreiro e a “Grande Seca” no fim dos anos 1870 – alastrando fome, miséria e doenças pelas províncias do norte – acabou intensificando o tráfico dentro do próprio país, o que colocava o Ceará como ponto forte desse comércio interno, pois a falta de produção e o aumento dos preços dos alimentos, conseqüentemente, atingiram os preços, agora, de homens e mulheres escravizados. Transformava-se, assim, a conseqüência da morte em uma grande “promoção” de pessoas para os donos de café. “O negro tem cotação vil, quando não é trocado por uma carga de farinha e rapadura. Um homem custa 300 mil réis. Uma negra para qualquer serviço, 100 mil réis” (MOREL, 1967, p. 78).

A total proibição do comércio de africanos escravizados, pela Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, coincidiu com um período de decadência nas lavouras das regiões Norte e Nordeste, marcadas pelo excesso de mão de obra e falta de capital para investimentos em novas tecnologias de produção. [...] Em Pernambuco, o preço médio de um cativo caiu de 816 mil réis em 1863 para 181 mil em 1887 (GOMES, 2022, p. 426).

Ainda sobre as conseqüências da grande seca, ocorrida entre 1877 e 1879, em toda região chamada hoje de nordeste, Edlgan L. Ferreira (2015, p. 12) complementa:

Em 1879, estava-se já no terceiro ano em que a seca se alastrava pela província, a peste matava milhares de pessoas [...]. Além de todos esses problemas, o porto de Fortaleza era palco de embarques de vários escravos para os cafezais do sul do império, pois segundo o testemunho contemporâneo de Rodolfo Teófilo, dois mil e noventa e nove escravos saíram “em direção ao infinito azul do mar rumo aos cafezais do sul”. O povo estava tão vulnerável aos perigos da seca, que morreram em um só ano na cidade de Fortaleza, segundo Girão, 56.791 pessoas. Se esse número for comparado à população total da cidade,

de 124 mil habitantes, temos a noção do tamanho da tragédia experimentada pelo povo do Ceará nos três anos de seca.

Além disso, unindo ao objeto de estudo, a partir da própria seca, Edmar Morel construiu mais um dos alicerces do “herói jangadeiro”. Segundo ele, Chico da Matilde teria auxiliado João Cordeiro no socorro aos retirantes que fugiam da seca do sertão para a capital Fortaleza. “Nesta pungente tragédia que abate o Ceará e outros Estados, João Cordeiro desempenha o papel de Comissário Geral dos Socorros Públicos e o seu melhor auxiliar, entre os pescadores, é Francisco José do Nascimento [...]” (MOREL, 1967, p. 77).

Entretanto, em um texto publicado na *Revista do Instituto Histórico*, de 1945, escrito pelo próprio João Cordeiro, ao relatar seu trabalho como diretor dos socorros públicos em Fortaleza, “[...] em nenhum momento, lembra-se do auxílio de “seu melhor amigo” durante os serviços prestados naquele período. Nem mesmo quando fala de seu papel no movimento abolicionista, cita a contribuição do Dragão do Mar” (XAVIER, 2010, p. 74).

Não obstante a não participação de Francisco José no combate à seca, ou talvez, a não lembrança de João Cordeiro sobre tal, a participação definitiva de “Chico” como líder grevista ainda se mantém no porto de Fortaleza, que perpassava sua concepção de um palco de dor, hostilidade e opressão para um *locus* precursor do movimento abolicionista: com o surgimento da Sociedade Cearense Libertadora, no início da década de 1880.

4 MOVIMENTO ABOLICIONISTA CEARENSE E O PENSAMENTO LIBERAL

A escravidão de africanos, durante mais de 300 anos, perpetuou no Brasil até o fim do século XIX, tornando-se um elemento que foi não só gerador de aculturação/destruição de gerações e identidades de diversos povos africanos, como também produtor dos estigmas e preconceitos do que é ser negro: estruturando um racismo enraizado na mentalidade brasileira até os dias de hoje. Mesmo havendo inúmeras práticas de resistência desde a saída dos litorais africanos, dentro dos navios negreiros, e até mesmo já adentro das demais produções escravistas e mercantis – engenhos, mineração, cultivo do café – somente em 1888 foi abolida a escravidão brasileira. O Brasil foi o último país das Américas na corrida emancipacionista.

Havia um grande receio de abolir de vez o trabalho escravo no território brasileiro. Acreditava-se que isso poderia desestruturar o sistema comercial do país. Tinha-se a ideia de que os donos de propriedades não teriam meios para assegurar os lucros com o plantio e mercadorias de exportação sem a mão de obra escrava, de modo que a extinção do elemento servil era vista como o fantasma que assombrava os donos de terras e de escravos (FERREIRA, 2015, p. 11).

Dessa forma, a Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888, só foi possível pela persistência e resistência dos escravizados e pela luta abolicionista, que tomou força a partir da década de 60 e 70 no Brasil oitocentista. Porém, “existia no país naquela época uma barreira à introdução de negros, que eram vistos como indutores do atraso do país”, ou seja, até mesmo abolicionistas como Eusébio de Queirós e Joaquim Nabuco se posicionavam contra a vinda de negros para solo brasileiro, sendo contrários tanto ao tráfico que se tornava cada vez mais ilegal, quanto às pessoas já libertas que adentravam no Brasil – vista com maus olhos, com base na escravidão que havia sido abolida nos Estados Unidos da América, em meados do século (FERREIRA, 2015, p. 12).

O abolicionismo não significava necessariamente, portanto, uma defesa da igualdade racial. Era um movimento complexo composto de muitas correntes, incluindo tanto descendentes de escravos, como José do Patrocínio, André Rebouças ou Luís Gama, que lutavam pelos direitos de negros e mestiços na justiça, explorando as possibilidades jurídicas abertas pela lenta sucessão de leis que restringiam o tráfico e a escravidão no século XIX, quanto membros das classes abastadas que viam a escravidão e a alta percentagem de negros na população brasileira como empecilhos ao desenvolvimento do país, informados por concepções liberais e raciais do progresso (FERREIRA, 2015, p. 12, destaque nosso).

Conforme Edlgan Lima Ferreira, não havia homogeneidade nos movimentos abolicionistas no Brasil; transitavam pensamentos “moderados” e “radicais”. Seguindo tal premissa, os abolicionistas da província pioneira da abolição também emergiram e integraram-se ao movimento por questões distintas, vindas de “mundos” distintos. Na Sociedade Cearense Libertadora, fundada em 1880, por exemplo, participavam membros da elite: “classe média” do Ceará, trabalhadores liberais ou ainda ex-escravizados, como o próprio líder jangadeiro, silenciado na história brasileira, José Luis Napoleão.

O surgimento da Sociedade Cearense Libertadora foi fruto das mudanças que ocorreram na província do Ceará a partir da segunda metade do século XIX. A criação da Santa Casa de Misericórdia, em 1861, a criação da Biblioteca Pública, em 1867, a instalação da estrada de ferro Fortaleza-Baturité, em 1873, a implantação do plano urbanístico do engenheiro Adolpho Herbster, em 1875, como também a criação da Academia Cearense de Letras, da Academia Francesa, do Instituto Histórico e Geográfico e de algumas agremiações literárias são características significativas dessa época. Nesse cenário emergiram novas forças sociais: uma elite intelectual composta de letrados e profissionais liberais, dentre eles funcionários

públicos, advogados, professores, médicos e farmacêuticos (CAXILE; GUEDES, 2018, p. 82).

Além do surgimento de várias modernizações intelectuais que possibilitaram uma nova força social no Ceará, a própria calamidade vivida pelo povo nordestino, no fim da década de 1870, seria a chave para o nascimento do abolicionismo cearense advindo dessa “urbanização forçada”, em que os retirantes fugiam da morte e da miséria.

Em 1877, o Ceará passou por uma grande seca. Nesse ano, muitos sertanejos foram para a capital em busca dos socorros públicos. A cidade se transformou: doentes, famintos, pedintes abarrotavam as ruas. Como se não bastasse, um ano depois, em 1878, uma epidemia de varíola contagiou os já debilitados retirantes, chegando a matar mil pessoas em um dia, o que ficou conhecido como “o dia dos mil mortos” (XAVIER, 2010, p. 8).

Conforme já visto, a seca que assolava a província e o aumento gradativo de escravizados enviados dos portos cearenses para o sul brasileiro acarretaram o tráfico intraprovincial, entretanto impulsionaram também o pensamento antiescravista cearense. Assim, no dia 28 de setembro de 1879, formou-se no Ceará a associação comercial *Perseverança e Porvir*, em homenagem aos oito anos desde a promulgação da Lei do Ventre Livre.

O grupo era composto por 10 integrantes que buscavam juntar fundos para a compra de alforrias. No próximo ano, no dia 08 de dezembro de 1880, a associação transformou-se em uma nova força libertária, a *Sociedade Cearense Libertadora*, que se difundirá pela ação direta pela emancipação, mas também através da mídia: os jornais abolicionistas (FERREIRA, 2015, p. 13).

A Perseverança e Porvir não desaparece logo, vivendo como centro de reuniões de comerciantes conservadores, por mais algum tempo.

A fundação da Sociedade Cearense Libertadora provoca uma cisão, surgindo duas correntes. A maioria quer a luta aberta, enquanto a minoria, sob a influência da *Perseverança e Porvir*, deseja trabalhar à sombra da lei, com estatutos aprovados no tabelião público, a fim de S. M. o Imperador D. Pedro II não ser molestado (MOREL, 1967, p. 87).

Assim, pertencentes ao meio urbano, que estava em constante crescimento, os membros da Libertadora Cearense viam, no fim da escravidão, a “luz” que daria o desenvolvimento econômico, político e social de que o país necessitava. Através de sua própria visão de mundo, o movimento seguia ideologias introduzidas no país, interpretando teorias positivistas e evolucionistas, todavia “não seguiam à risca tais doutrinas, mas as interpretavam segundo seus interesses. Tiveram como objetivo

defender preceitos norteadores da ordem burguesa como: liberdade política e econômica, industrialismo e desenvolvimento tecnológico” (CAXILÉ, 2006, p. 29).

A escravidão, de acordo com os abolicionistas, tornava o povo pouco habituado ao trabalho moralizado, e a sociedade, de forma geral, já sentia o quanto o sistema escravocrata era algo vergonhoso, desumano e que postergava o progresso econômico e social. **A ideia de nação civilizada passava por um processo de transformação dos costumes, e um dos caminhos apresentados para alcançar tal realidade foi o fim do escravismo** (SANTOS, 2016, p. 156, destaque nosso).

Seguindo tais ideias civilizatórias em prol da abolição, os abolicionistas pregavam uma luta benevolente, para que fosse entregue, de forma beneficente, a alforria aos escravizados (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 124). Assim, buscava-se a redenção dos cativos: “Ama teu próximo como a ti mesmo – Jesus” (Epígrafe defendida e presente já na primeira edição dos periódicos do jornal *Libertador*, órgão da Sociedade Cearense Libertadora, de 1º de janeiro de 1881).

[...] Forjava-se nos discursos a imagem dos negros como pessoas pacíficas. No entanto, não era essa a realidade que se vivenciava. Nas fazendas, ao longo da década de 1880, era notório o recrudescimento da violência expressa em revoltas coletivas, insurreições, atentados contra senhores e feitores. Temia-se a impossibilidade de se manter a ordem e a autoridade. Além disso, dificilmente alguma medida disciplinar conseguiria conter o avanço da violência (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 124-125).

Apesar de boa parte dos abolicionistas no Brasil, inclusive do Ceará, defender “uma solução pacífica em que os beneficiados eram representados como pobres coitados que recebiam a liberdade como um presente” (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 124), algumas das ações da Sociedade Cearense Libertadora, em conjunto com a camada popular, conseguiram elevar a luta emancipacionista para um lado mais radical do abolicionismo, com a greve dos jangadeiros e praiheiros de 1881. Dava-se início, assim, a “jornada do herói”.

5 O NÃO PELA LIBERDADE: JANGADEIROS E ABOLICIONISTAS

Como foi já visto, ainda que a Lei Eusébio de Queirós de 1850 proibisse o tráfico transatlântico, minimizando consideravelmente o número de pessoas contrabandeadas através do Oceano Atlântico, o tráfico ainda ocorria, porém, dentro do próprio Brasil, entre as províncias. Além disso, dez anos antes das greves de 1881, a Lei do Ventre Livre trazia novas condições à emancipação dos cativos que, ao mesmo tempo em que era elogiada e vangloriada por parte dos abolicionistas – a própria formação da associação

comercial *Perseverança e Porvir*, de 1879, foi em homenagem à mencionada lei – era e ainda é criticada por sua ineficiência e consequente prolongamento da escravidão.

Como prefácio histórico para a discussão em seu livro, Edmar Morel convidou o historiador Gondin da Fonseca, que seria responsável pela contextualização da escravidão, as suas origens nos primórdios da humanidade e suas consequências até a década de 60, época no qual foi escrito o “Vendaval da Liberdade”. Sendo assim, tecendo uma crítica ferrenha à Lei de 1871, Fonseca desmonta a proposta do *Ventre Livre* e afirma as permanências escravocratas advindas dela.

Em 1871, assinou a Princesa Isabel a Lei do *Ventre Livre*, desfaçatez indigna de consideração. Bastará que citemos parte dela:

Art. 1.º – Os filhos da mulher escrava que nascerem no Império, desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

§1.º – Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção de receber do Estado a indenização de seiscentos mil réis ou de utilizar-se do serviço do menor até à idade de vinte e um anos completos.

Claro que senhor algum, no Brasil, optou pela indenização. Preferiu manter o menor como escravo até à idade de vinte e um anos, idade que poderia ser alterada, falsificada (FONSECA, 1967, p. 20).

Como uma lei que se mostrava emancipatória, diferentemente das leis anteriores, que tratavam da proibição de tráfico e não do escravismo em si, a Lei do *Ventre Livre*, assinada por Isabel, poderia formular-se como uma nova esperança para os escravizados. Mas não é isso que acontece. Mesmo sendo uma inovação emancipacionista, em que o filho de uma mãe escravizada, nascido a partir de sua promulgação em 29 de setembro de 1871, poderia se tornar livre, onde ficam as crianças, por exemplo, nascidas no dia 28 de setembro?

Noutras palavras: com o texto dos artigos 1.º e 2.º a lei criava, a rigor, o seguinte fato: ou o menor legalmente dito “de condição livre” trabalhava cativo até os 21 anos (para o senhor de sua mãe), ou trabalhava cativo até os 21 anos (para as associações autorizadas). Não havia opção, o tempo e o cativo eram os mesmos: mudava apenas o senhor, coletivo num caso, individual noutro (SANTOS; ZOPPI-FONTANA, 2011, p. 45).

É possível perceber que, até o momento da greve dos jangadeiros, mesmo que o empenho da corrente abolicionista moderada para acabar com o “elemento servil”,

através das legislações, estivesse mais forte, a partir da década de 1880, se releva mais ainda a necessidade lutar e intervir em que nem mesmo a justiça tenha presença, isto é, uma das causas da paralisação da SCL e dos jangadeiros seria a tentativa dos negreiros em vender injustamente pessoas já livres, forçando-as a escravidão.

“No dia 27 de janeiro de 1881, os navios “Espírito Santo” e “Pará” foram impedidos de transportar escravizados pelos jangadeiros, responsáveis pelo acompanhamento dos navios até o início das águas profundas” (GOMES, 2015, p. 16). Nos dias 27, 30 e 31 de janeiro, na tentativa de vender escravos para o sul cafeeiro, alguns comerciantes tentaram embarcar escravizados no porto de Fortaleza, porém, influenciados pela Sociedade Cearense Libertadora, os jangadeiros recusaram o transporte dos escravizados, iniciando não somente uma greve, mas também o reboliço que culminaria a abolição de 1884.

Aproveitando um momento de distração, os negreiros embarcam uma partida de nove infelizes destinados ao mercado da Côte, entre eles a mucama Luíza, que um juiz converte em propriedade sua, e que, entretanto, não pode ser vendida, em face das garantias legais. Em nome da própria lei, a preta velha é arrancada de bordo a mandado da autoridade competente e trazida à terra, debaixo da bandeira brasileira, ao som da música, ao ribombar dos foguetes e no meio das aclamações da multidão [sic] (MOREL, 1967, p. 95-96).

No dia 07 de fevereiro de 1881, o Jornal *Libertador* (Órgão da Sociedade Cearense Libertadora) publicou matéria sobre a paralisação portuária ocorrida dias antes, colocando algo bastante relevante: a SCL consegue comover não só jangadeiros e praiheiros, mas também mais de 1.500 pessoas que estavam próximas ao porto. “Assim entendeu elle [povo cearense] de seu dever protestar contra o deshumano trafico, e um por um affluiram a praia mais de 1,500 homens de todas classes e condições” [sic], que aos gritos, juntamente aos jangadeiros, afirmavam: “No porto do Ceará não se embarca mais escravos!”.

Em agosto do mesmo ano, a greve ocorre novamente. Traficantes tentam embarcar escravizados em um navio que vinha do Maranhão. Segundo Edmar Morel (1967, p. 97), “outra vez o barco negreiro Espírito Santo está no porto para levar 38 criaturas, entre as quais crianças, a serem vendidas no sul do País”.

O primeiro líder do movimento grevista foi o pescador José Napoleão e depois Francisco José do Nascimento que, segundo Morel, influenciado pelos líderes da “Sociedade Cearense Libertadora” assume a liderança dos grevistas. Além da greve dos jangadeiros, os revoltosos arrebatavam carruagens com escravos destinadas a esses navios, atracados no porto (GOMES, 2015, p. 16).

Convocado pela Sociedade Cearense Libertadora, Francisco José do Nascimento, agora no lugar de José Luiz Napoleão, lidera os jangadeiros para o bloqueio do tráfego dos navios e o tráfico de cativos. Com a contribuição de Chico da Matilde, a greve se torna mais definitiva, pois, além de jangadeiro, a função pública de 2º Prático possibilitou grande força ao trancamento portuário. Dessa forma, a greve que em janeiro teria bloqueado somente o porto de Fortaleza, agora, “após a segunda paralisação, o movimento abolicionista considerou o porto do Ceará definitivamente fechado ao tráfico interprovincial de escravos” (XAVIER, 2009, p. 2).

Além disso, a partir da segunda greve, há uma maior união entre os jangadeiros e libertadores que, apoiados por grande parte da camada popular, se revoltam e arriscam a própria vida contra o escravismo. Assim, 1881 se torna o ano de ação mais radical dos libertadores, tendo episódios de ação direta para a libertação de cativos, além do porto, planejando golpes dentro da cidade e concretizando-os em prol da liberdade.

Os negreiros recorrem ao govêrno, pedindo fôrça para garantir o embarque. É preciso desmoralizar os libertadores. Os escravos que deveriam seguir no Espírito Santo são recolhidos a um armazém, cujos fundos dão para um capinzal, à beira de mangue. Os mercadores acreditam no seu prestígio junto às autoridades e esperam pelo bafejo oficial. Alta madrugada, três diretores da Sociedade Libertadora furam a parede do galpão e entram em contato com os cativos, ficando acertado que seria simulado um incêndio. E à hora que as igrejas repicassem, êles fugiriam.

Transportam capim sêco para junto do barracão e ateam fogo. Dado o alarme, repicam os sinos e tocam as cornetas do batalhão da Fôrça Pública. Arrombadas as portas, os negros se perdem no meio do povo e os abolicionistas os conduzem para lugar seguro [sic] (MOREL, 1967, p. 97-98).

Após a repercussão da segunda paralisação, culminando no bloqueio definitivo dos portos de toda província, Chico da Matilde, por ser um funcionário público, perde seu cargo. Porém, ao mesmo tempo, Francisco José do Nascimento ganha uma nova função: “é eleito diretor da Sociedade Cearense Libertadora e é o chefe absoluto dos jangadeiros” (MOREL, 1967, p. 109).

Mesmo que o objeto norteador da pesquisa seja Francisco José do Nascimento e sua imagem-papel no movimento abolicionista, é necessário entender além do bloqueamento dos portos de Fortaleza ou até mesmo perpassar atuações fora da SCL. Com essa premissa, surge a necessidade de citar a atuação de José Luiz Napoleão e o surgimento do Clube dos Libertos, indo contra negligência e obscuridade de personagens importantes para a abolição do Ceará.

Nessa perspectiva, alinhado à trajetória heroica de formação do Dragão do Mar, na greve de 1881, paralelamente, é de suma importância destacar Napoleão, que, diferentemente de Francisco que nascera livre, tivera que trabalhar para comprar a própria alforria e de sua família.

O outro jangadeiro responsabilizado pelo trancamento do porto era José Napoleão, ex-escravo que havia conseguido comprar sua própria alforria e a de seus irmãos. Entretanto, para Edmar Morel o grande herói era Francisco José do Nascimento, que mesmo não tendo participado do primeiro trancamento do porto em Janeiro de 1881, foi um exímio colaborador do movimento chegando a ganhar o título de diretor da Sociedade Cearense Libertadora (XAVIER, 2009, p. 6).

Patrícia Xavier, ao analisar a narrativa construída por Edmar Morel, coloca que o autor enfatiza mais a contribuição de Chico da Matilde do que a liderança de José Napoleão na greve de janeiro. Para Xavier, de certa forma, Morel cita o outro líder jangadeiro, mas descarta sua importância e coloca Francisco como o “grande herói”. É possível perceber, novamente, a tentativa de Morel em construir um “heroísmo” promissor de Chico da Matilde, pois, mesmo que há indícios que comprovam a sua não participação no início de 1881, também existem vestígios que confirmam sua presença, mas não a liderança da greve em si.

Observando a obra “Vendaval da Liberdade”, escrita por Edmar Morel, em 1967 – que se apresenta, na verdade, como uma revisão de sua obra “Dragão do Mar: o jangadeiro da abolição” de 1949 –, percebe-se que o ofuscamento de José Luiz Napoleão, relatado por Patrícia Xavier, é minimizado na revisão de 1967, sendo citado um pouco mais sobre a vida e papel de Napoleão. Porém, ainda sim, o autor eleva Francisco como um líder mais preparado para o movimento, já que chega a fazer parte da diretoria da SCL.

A despeito de seu prestígio nas praias e do cargo que ocupa, o prático da barra Francisco José do Nascimento não participa da primeira greve, assistindo as escaramuças de bordo de um navio inglês, que conduz para o canal do porto.

O fato é que o praieiro José Napoleão é a alma da primeira sublevação, ajudado por Pedro Artur Vasconcelos, tão rapidamente esquecido. Não tem porém, as qualidades de líder. E isto em nada desmerece a sua arrojada contribuição ao movimento [sic] (MOREL, 1967, p. 97).

Essa imagem de superioridade na liderança designada ao Chico da Matilde pode ser vista até os dias atuais, principalmente, na mentalidade e cultura brasileira. Como reflexo dessa construção de narrativa heroica, para a historiografia, ela se apresenta como ilusões e erros, porém, para a cultura e literatura, se mostra como uma contribuição direta para a “mitologia” do Dragão do Mar, como neste cordel, escrito já atualidade:

REDENÇÃO OU LIBERDADE: O HERÓI DRAGÃO DO MAR E O
SEU PAPEL NA ABOLIÇÃO DO CEARÁ (1881-1884)

Zé Luiz Napoleão, / O líder dos pescadores, / Negro forro,
um lutador / Que tomou todas as dores / Dos seus irmãos
maltratados, / Não aceitando os horrores.
Porém Chico da Matilde / Mais carisma possuía, / Tinha
amigos importantes / E quase sempre atraía / Negros,
poetas, doutores / Para sua companhia (VIANA, 2010, p.
12).

Notoriamente, mesmo que esteja ocorrendo uma retomada historiográfica sobre o movimento abolicionista cearense, sobre o pioneirismo de tal província na abolição da escravatura, como também o ressurgimento do Dragão do Mar e José Luiz Napoleão na narrativa histórica, é possível perceber que o segundo personagem, ainda não ganhou todo o destaque que merece, tanto na história quanto na cultura popular. Mesmo nas obras mais atuais sobre a escravidão, como a “trilogia da escravidão” de Laurentino Gomes, não é citado o papel de Napoleão nas paralisações de janeiro de 1881, muito menos sobre o Clube dos Libertos.

Na mesma semana de sua primeira reunião, a SCL promoveu a operação que lhe daria fama nacional: o boicote ao embarque no porto de Fortaleza de escravos vendidos para o sul do país. No dia 31, os jangadeiros incendiaram um prédio nas mediações do porto e promoveram a fuga de nove escravos que aguardavam a embarcação. A ação foi liderada por Francisco José do Nascimento o Chico da Matilde, prático da barra, de cor parda, jangadeiro forte e bom de serviço. Convenceu os colegas a parar novamente em agosto de 1881. A SCL reuniu cerca de 6 mil pessoas diante da barra, aos gritos de “No porto do Ceará não embarcam mais escravos”. Por ordem do governo imperial, diversos funcionários públicos, membros SCL, foram demitidos. Chico da Matilde também perdeu o emprego (GOMES, 2022, p. 420-421).

Como um movimento sem ideologia ou mesmo partido político definido, Napoleão pensou o Clube dos Libertos como uma associação que os ex-escravizados de Fortaleza, assim como ele e sua esposa Luceta – que participavam, mesmo que discretamente, com os abolicionistas – eram direcionados na luta à escravidão e em busca diretamente para a abolição (MIRANDA, 2020, p. 250).

A fundação do Clube dos Libertos ocorreu ao meio-dia de 28 de maio de 1882, na casa do 1º secretário da Cearense Libertadora, Antônio Bezerra (1841-1921). Antes, houve passeata, com banda de música e gritos empolgados de “viva” dos espectadores. Estiveram presentes mais cinquenta libertos e diversos membros da Cearense Libertadora, inclusive sua diretoria. Após vários discursos, inclusive do liberto Raimundo Teodorico da

Costa (c.1845-1912), foi concedida carta de alforria a um escravo. Napoleão foi escolhido o presidente da sociedade, enquanto Matias Tristão Madeira e Raimundo Teodorico se tornaram vice-presidente e secretário, respectivamente (MIRANDA, 2020, p. 250).

Com reuniões realizadas na casa de Napoleão, o clube engendrava suas ações abolicionistas almejando a compra de alforrias, conquistadas com o dinheiro de doações angariadas pelos sócios, que ultrapassava o número de oitenta, obviamente, todos escravizados. Dessa maneira, o Clube dos Libertos se dedicava à luta mais branda, com menos “ações subversivas”, como coloca Miranda (2020, p. 250): “[...] Durante os trancamentos e posteriormente, suas atividades se limitaram a ser pacíficas, dentro da lei” (2020, p. 250). Analisando a decisão pacífica de José Luis Napoleão, é possível compreender o seu afastamento da liderança da greve dos jangadeiros e a indicação do companheiro Chico da Matilde.

A motivação do movimento de trancamento dos portos do Ceará e a presença massiva da camada popular, como os praieiros e os jangadeiros, trazem como premissa um fator inexorável à conjuntura do pensamento abolicionista, que vai ao encontro da tão somente busca da abolição da escravatura no Brasil, além das pequenas emancipações que ainda seriam engendradas pela SCL. As greves tiveram como significado, primeiramente, uma ideia de justiça, mas unida também a uma corrida emancipatória em busca da libertação de toda a província cearense.

6 CEARÁ: A PROVÍNCIA PIONEIRA DA ABOLIÇÃO

Passado pouco tempo da formação do novo grupo antiescravista e o seu papel em conjunto com a população nas greves dos jangadeiros de 1881, a Sociedade Cearense Libertadora iniciou sua busca pela abolição de toda província cearense, frisando obviamente tornar sua terra a primeira na corrida emancipatória. Sendo assim, um dos meios que alavancou o movimento abolicionista no Brasil foi a divulgação da luta pelo fim da escravidão através da imprensa, na qual o grupo cearense não ficaria para trás, fundando o jornal “*Libertador*”. “Esse jornal abolicionista cearense foi inaugurado no dia 1º de janeiro de 1881 e circulou até o ano de 1892. No entanto, ele atuou como órgão oficial dessa agremiação abolicionista somente até o dia 7 agosto de 1884” (MESQUITA, 2021, p. 241).

O ambiente de crítica e contestação às antigas estruturas sociopolíticas que ainda sustentavam o Império, gestado tanto pela ampliação do espaço público quanto pela modernização dessa nação, reflexo da batalha intralite, reiniciada na arena política no final da década de 1860, possibilitou não só o aparecimento de vários jornais pelo país, culminando com uma nova fase de “explosão da palavra imprensa”, como também abriu espaço para que a invenção de Johannes Gutenberg ampliasse a sua influência, ganhasse nova fisionomia, progredisse

tecnicamente e generalizasse os seus efeitos, adquirindo protagonismo ao aventar um grande quadro de reformas estruturais no país. Dessa maneira, além da discussão de temas como a centralização ou descentralização política, a política nacional de imigração, as trocas ministeriais, a separação entre Estado e Igreja e a escalada do republicanismo, **a luta contra o regime escravocrata ganhou muita repercussão na imprensa** (MESQUITA, 2021, p. 238, destaque nosso).

Como já foi visto, no decorrer de 1881, apesar de o evento do trancamento dos portos do Ceará ao tráfico de escravo ter sido, majoritariamente, realizado pelos jangadeiros e ainda ser considerado um dos mais importantes para o fim da escravidão na província, a greve teria sido orquestrada por membros da própria Sociedade Cearense Libertadora – com os planos de Pedro Artur Vasconcelos juntamente como os diretores da sociedade –, sendo mais uma de suas ações libertárias entre tantas outras, como a arrecadação de doações para compra de alforrias.

Porém, é nítido que a força popular fez com que a greve dos jangadeiros tomasse proporções maiores que as próprias idealizações emancipacionistas da Sociedade Cearense, ao passo que as ações posteriores de tais abolicionistas não acarretaram numa participação popular forte nem mesmo ficaram marcadas na história e na cultura, assim como o bloqueio do jangadeiro liderado por Chico da Matilde ficou. Na verdade, o que ficaria marcado na história, novamente, envolve as ações lideradas pela SCL, porém com a imagem de Nascimento à frente. Exemplo disso será a concretização da abolição na província.

Os abolicionistas utilizaram diversas estratégias para acelerar o fim da escravidão e passaram a atacar de frente a autoridade moral dos proprietários de escravos. Para isso, usaram atitudes mais radicais como a captura de cativos embarcados em um vapor para venda em outra localidade, o açoitamento de escravos e o auxílio às fugas. Essas atitudes iam de encontro à postura de abolicionistas mais moderados como Joaquim Nabuco e André Rebouças, que defendiam a difusão das ideias de emancipação somente junto aos proprietários e no parlamento, isto é, com criação de leis e com uma maior conscientização dos senhores sobre os males advindos do escravismo para a sociedade (SANTOS, 2016, p. 156).

De acordo com o Jornal “*A Terra da Redenção*”, em “Comemoração do Primeiro Aniversário da Libertação do Ceará”, no ano de 1883, iniciou-se uma grande libertação das cidades cearenses, começando pela cidade de Acarape, liberta logo no dia 1 de janeiro, vindo a ser chamada de “Redenção”, por conta disso. Entre 24 e 25 de maio, memoravelmente, foi liberta, também, a capital cearense: Fortaleza.

[...] Antes da cidade do Acaráu, a do Acarape, em 1 de janeiro de 1883, libertara seus escravos, merecendo por isso que lhe dessem novo nome: *Redenção*. Em janeiro de 1884, 28 municípios libertavam os escravos. Continuava a luta para livrar a província do Ceará da ignomínia do cativo, a despeito de toda perseguição dos negreiros e do governo. A assembleia provincial vota uma lei proibindo a entrada de escravos nos municípios libertados e a importação dos mesmos.

Em 4 de março do mesmo ano, 50 municípios restituíam a liberdade aos negros, e, finalmente, a 24 de março estava livre o Ceará. Festeja-se essa libertação a 25 de março [*sic*] (CARVALHO, 1941, p. 121-122).

Em viagem para o Ceará, segundo Edmar Morel, o abolicionista José do Patrocínio se encantou com a mentalidade do povo como agentes em prol da emancipação dos escravos. O biógrafo menciona, até mesmo, uma conversa entre José do Patrocínio e Francisco José do Nascimento sobre o bloqueio dos portos, relatado a Morel por Dona Elvira Pinho – uma das poucas mulheres abolicionistas destacadas por Morel, participante na associação feminina *Cearense Libertadora* juntamente com a esposa de Chico da Matilde, D. Joaquina Francisca do Nascimento.

Patrocínio pôde sentir a afeição com que a gente cearense se ligara à causa redentora, unido-se a ela por vínculos sagrados de simpatia e piedade. Ai encontrou êle uma agitação que vinha de tôdas as classes sociais, que animava todos os sêres, do mais humilde ao mais nobre. Aclamado pelos jangadeiros e por tôdas as fôrças que representavam o ideal coletivo do momento, **Patrocínio comoveu-se como o espetáculo que lhe ofereceu a Província do Ceará e conferiu-lhe, solenemente, o título de “Terra da Luz”**, transportando, assim, para a história, a legenda das suas praias [*sic*] (MOREL, 1967, p. 128, destaque nosso).

Já em 1884, a onda libertadora perpetuava-se ainda mais forte, até dia 31 de janeiro, entre 14 municípios do Ceará; foi registrada a conquista de emancipações a, aproximadamente, 9.700 escravizados. É possível perceber que a abolição total do Ceará já estava mais próxima do que o esperado (FERREIRA, 2015, p. 29-30).

Tal como em Fortaleza, a data foi marcada como horizonte final de uma campanha, portanto, não foram datas que se fizeram na indeterminação do cotidiano militante, mas oportunidades planejadas conscientemente para coincidir com outros acontecimentos simbólicos da história nacional. O 25 de maio, no caso da libertação de Fortaleza, era o dia em que o Brasil sagrava-se vitorioso na Guerra do Paraguai, com forte concurso de soldados e oficiais

cearenses. Já o 24 de março de 1884 era o aniversário de 60 anos da Constituição Imperial. De igual maneira, ou melhor, até mesmo potencializado, as festas pela libertação do Ceará ecoavam desde o início do ano no Rio de Janeiro e demais províncias do Brasil, tendo ainda alcance onde quer que o movimento nacional se fizesse presente na Europa. Também nesse caso os jornais contribuíram fortemente para a divulgação e angariamento de força política para o evento. O jornal “Libertador” dias antes, dava publicidade de várias casas comerciais de Fortaleza que se abasteciam de tudo quanto era necessário para o abrilhantamento da festa: chapéus, luvas, bandeirinhas, tecidos de toda espécie, fogos de artifício, enfim, era a cidade em burburinho (MARTINS, 2014, p. 17-18).

Alguns dias antes da emancipação total do Ceará, em 25 de março de 1884, Francisco e mais dois companheiros, que eram jangadeiros, viajaram para as longas comemorações da abolição cearense, no Rio de Janeiro. “Enquanto a população prepara os festejos que iam marcar o fim da escravidão, no Ceará, Nascimento, a convite dos abolicionistas da Corte, embarca no Espírito Santo, a 14 de março, levando consigo uma jangada para desfilar pelas ruas da capital do Império”, relata Edmar Morel (1967, p. 129).

7 DRAGÃO DO MAR, UM HERÓI DE TANTOS NOMES: HEROÍSMO E ESQUECIMENTO

Seguindo o percurso no vapor Espírito Santo – “O *Espírito Santo*, que tenta, várias vezes, reabrir o pôrto do Ceará ao tráfego negreiro, traz, agora, no convés, a jangada Liberdade” (MOREL, 1967, p. 136) –Chico da Matilde desceu momentos antes do navio atracar, sendo ovacionado pela multidão ao ver o líder da greve dos jangadeiros, navegando nos “mares da capital”.

A viagem de Francisco José do Nascimento, acompanhado de dois companheiros para participar das festas em comemoração à abolição do Ceará na capital do Império em 1884, proporcionou, na época, uma divulgação nacional da personalidade do Dragão do Mar. A corte do Rio de Janeiro, recebeu os cearenses em festa, vários artigos foram publicados em jornais e revistas, contendo reportagens e imagens sobre o jangadeiro que era apontado como o líder da greve do porto no Ceará (XAVIER, 2010, p. 58).

Desse modo, sendo vangloriado nos demais jornais abolicionistas – “Jornal do Agricultor: Princípios Práticos de Economia Rural” (RJ); “Gazeta de Notícias” (RJ); “O Meirinho” (CE); “Libertador: Orgão da Sociedade Cearense Libertadora” (CE) e “Revista

Ilustrada” (RJ) –, à chegada do jangadeiro Francisco José do Nascimento, a bordo de sua jangada liberdade, transforma-o em lenda, passando a ser chamado de Dragão do Mar.

Assim, acompanhado por grande parte da imprensa, agraciado com homenagens e ilustrações e até mesmo com medalhas pela “*Sociedade Abolicionista Cearense do Rio de Janeiro*”, o líder grevista vai a capital do Brasil como Francisco José do Nascimento, perpassando como um herói de tantos nomes, agora, volta para sua “terra da luz” como o herói da abolição, o Dragão do Mar.

Naquele dia de esplendor, Nascimento lê um jornal, o qual encontro em seu arquivo, marginado com estas palavras de seu próprio punho: “Depois das festanças li este artigo escrito, segundo fui informado, por um homem muito famoso, o Sr. Aluísio Azevedo. Lei êste pedacinho, minha velha: “O Dragão do Mar – Se há orgulho que possa ser justificado é o do homem humilde, que de súbito sente-se levantado pela sublevação de uma merecida e justa popularidade [...]” [sic] (MOREL, 197, 1939).

Evidenciado por Edmar Morel, o nome de Dragão do Mar foi dado a Chico da Matilde pelo jornalista Aluísio Azevedo, ao passo que esta informação é transmitida até nas historiografias atuais. Entretanto, a partir dos limites da pesquisa deste artigo, analisando o acervo de periódicos dispostos na Biblioteca Nacional Digital, não foi encontrado o texto original ou alguma alusão de Aluísio ao Dragão do Mar.

Contudo, a tentativa de buscar a origem de tal nomeação heroica não contribui para o real objeto de estudo, mas a compreensão de todo o processo que levou ao surgimento de tal heroísmo mostrou-se mais relevante. Às raízes do nome do herói, coloca-se a hipótese da própria ampliação cultural, no qual a figura de Francisco tomou um patamar tão alto que, de segundo 2º Prático, Dragão do Mar figurou como uma lenda no imaginário brasileiro: “[...] seu nome anda de bôca em bôca e é assunto de primeira página dos jornais” [sic] (MOREL, 1967, p. 138), recebendo até mesmo medalhas da corte brasileira.

Dragão do Mar, além de ter sido enaltecido na conjuntura de luta pela redenção dos cativos, vê enaltecimento, mais tarde, por Edmar Morel e por outros intelectuais, que se dedicaram, durante a década de 1930, a idealização de elevar Chico da Matilde tanto como o principal agente das greves de 1881 quanto como o símbolo maior de toda campanha abolicionista no Ceará, mesmo sendo esquecido no pós-abolição de 1884 e após sua morte em 5 de março de 1914.

A busca por enaltecer o Dragão do Mar na era varguista se coloca, na verdade, como uma tentativa de resgate à imagem do herói, já que, apesar de ovacionado nas festas abolicionistas do Rio de Janeiro, após a abolição do Ceará, Dragão do Mar se vê no ostracismo. Aliás, não só o “herói da abolição” começa a ser esquecido, mas também a própria Sociedade Libertadora Cearense minimiza a própria força e vontade de lutar contra o escravismo.

Como uma associação que se prontificava em defesa da liberdade, angariando mais e mais adeptos ao movimento, a Sociedade Cearense Libertadora pareceu esquecer sua premissa abolicionista. Após a conquista de emancipação aos escravizados na

província, a sociedade cearense estagnou seus trabalhos, transformando o *Jornal Libertador* em um mero periódico de notícias e anúncios, perdendo o teor revolucionário e crítico à sociedade escravocrata.

Em análise ao periódico da SCL, após 1884, o Dragão do Mar não é tão citado mais, contendo pequenas menções, no decorrer dos anos, sobre seu papel nas greves de 1881. Na verdade, o que se vê no jornal, em sua maioria, não é a citação ao herói, mas, sim, a “Dragão do Mar”, loja comercial, grande promissora em vendas, com grandes descontos e promoções: “Tudo isto no Dragão do Mar e muito barato – Rua formosa, nº 105”.

Contudo, a reconstrução da trajetória do Francisco José do Nascimento possibilitou a volta do herói na história brasileira, ainda que de forma gradual. Já no início dos anos 2000 até os dias atuais, historiadores, como Patrícia Silva Xavier e Licínio Nunes de Miranda – influenciados tanto pelas correntes mais culturais da historiografia, quanto pela fundação do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, em 28 de abril de 1999 – deram continuidade aos estudos sobre ações reais do Dragão do Mar.

Dessa forma, como um dos líderes e membros da SCL, Francisco foi reconstruído como o herói Dragão do Mar em prol da identidade nacional, figura que, hoje, ressurgiu no século XXI como imagem de liberdade e proliferação da cultura, sendo reconhecido, em 2017, no “Livro dos Heróis da Pátria, que está depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília” (LIMA, 2017).

8 1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde sua criação, em 1880, todas as ações da Sociedade Cearense Libertadora fomentavam o ódio ao escravismo. Com publicações ferrenhas aos senhores e aos negreiros traficantes, os abolicionistas cearenses tinham como principal objetivo a abolição do elemento servil, alastrando o pensamento emancipacionista através de seu periódico “*Libertador*”, por meio do qual, com a greve de 1881, a SCL ganhou grande apoio popular, culminando com a pioneira abolição no Ceará.

Representando uma força libertária contra o tráfico interprovincial, advindo da proibição do tráfico de escravizados da África ao Brasil, pela Lei Eusébio de Queirós, a paralisação dos portos do Ceará, tanto em janeiro quanto em agosto de 1881, deu o pontapé para abolição da província – quatro anos antes da abolição total no território brasileiro (em 13 de maio de 1888) – como também elevou, simbolicamente, a imagem do principal líder das greves portuárias, Chico da Matilde, mais tarde, nomeado Dragão do Mar.

Com o objetivo de desenvolver uma análise historiográfica sobre o pioneirismo da abolição no Ceará, correlacionando-o, ao mesmo tempo, com a trajetória do líder jangadeiro Chico da Matilde, foi possível perceber a construção da narrativa heroica – presentes nos escritos de Edmar Morel e periódicos oitocentistas – através dos contrastes e semelhanças entre história-biografia e o uso da biografia na historiografia.

Ao se relatar tanto a ação da Sociedade Libertadora Cearense quanto a greve dos jangadeiros nos portos cearenses, ficou clara a importância da imagem de Chico da Matilde para transformação do Ceará como província precursora e promissora de toda abolição, além fortalecer o pensamento emancipacionista e enaltecer sua “terra da luz”.

Notoriamente, na construção do heroísmo de Chico, muitas vezes baseada em ilusões biográficas e preenchimento de lacunas, não se descarta a contribuição de sua liderança ao bloqueio dos portos contra o tráfico negreiro, legitimando, assim, como confirma Patrícia Xavier, um vínculo de Francisco José do Nascimento não só à história da abolição, mas também à própria definição identitária do cearense.

Perpassando as origens dos heróis da abolição, a perpetuação do Dragão do Mar, por meio do biógrafo Edmar Morel e, de forma viva, da cultura popular, a investigação da narrativa, na qual foi construída a simbologia do herói Dragão do Mar, possibilitou respostas aos questionamentos norteadores de toda pesquisa.

“Dragão do Mar seria agente libertário, com ações abolicionistas pautadas na liberdade propriamente dita dos escravizados ou tão somente na redenção de cima para baixo aos cativos?” A resposta é que, como sua representatividade e heroísmo transcenderam o Brasil do século XIX, chegando à mentalidade brasileira até os dias atuais, Francisco José do Nascimento, Chico da Matilde, ou, então, Dragão do Mar, representa as duas perspectivas: como membro da SCL, fez jus à ideologia emancipatória e redentora do movimento; simultaneamente, faz da justiça e da liberdade seus símbolos de resistência, navegando através do tempo nas ondas da história, na sua jangada libertadora.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

A TERRA DA REDENÇÃO. 1885. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

CARNEIRO, D. A Microstoria Italiana e os desafios biográficos na historiografia recente (1980-2000). **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 211-234, 2020. <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.27812>. Acesso em: 23 out. 2022.

CARVALHO, N. de M. A jangada libertadora. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 1. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1941.

CAXILÉ, C. R. V. Abolição na Província do Ceará: a sociedade cearense libertadora e seus ideais. **Paraná: Revista Espaço Plural**, Cascavel - PR, v. 7, n. 14, p. 28-31, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=445944357008>. Acesso em: 19 mar. 2022.

CAXILÉ, C. R. V.; GUEDES, M. e S. Sociedade Libertadora Cearense: a palavra em ação – o jornal *O Libertador* enquanto instrumento de doutrinação moral e social. In: XAVIER, A. R.; FERREIRA, T. M. da S.; MATOS, C. S. de (org.). **Pesquisas educacionais: abordagens teórico metodológicas**. Fortaleza: EdUECE, 2018. p. 77-97. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/38344>. Acesso em: 08 abr. 2022.

CAVALCANTE NETO, J. de L. História da ditadura. Biografias e História. **Youtube**, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AX5nlGBkmA0>. Entrevista. Acesso em 20 mar. 2022.

DAIBERT JUNIOR, R. **Isabel, a “redentora” dos escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)**. São Paulo: EDUSC, 2004.

FERREIRA, E. L. **O ano da abolição no Ceará**. 2015. 46 f. TCC (Graduação em Humanidades), Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção - CE, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1197>. Acesso em: 20 mar. 2022.

FONSECA, G. da. Prefácio: o latifúndio e a escravidão. *In*: MOREL, E. **Vendaval da Liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

GOMES, A. dos S. Os movimentos sociais das “Gentes do Mar” no Brasil (1881-1951). **Cadernos do Tempo Presente**, n. 19, 2015.

GOMES, L. **Escravidão: da Independência do Brasil à Lei Áurea**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2022. v. 3.

LIBERTADOR. 1881-1886. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

LIMA, P. Dragão do Mar entra no Livro dos Heróis da Pátria. **Diário de Nordeste**, 2017. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/dragao-do-mar-entra-no-livro-dos-herois-da-patria-1.1791036>. Acesso em: 20 nov. 2022.

MALATIAN, T. M. A Biografia e a História. **Cadernos CEDEM**, Marília - SP, v. 1, n. 1, p. 16-31, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2236-0247.2008.v1n1.p16-31>. Acesso em: 08 abr. 2022.

MARTINS, P. H. de S. Processo de abolição no Ceará: história, memória e ensino. **Revista Historiar**, Sobral, v. 6, n. 11, p. 06-25, 2014. Disponível em: <https://historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/154>. Acesso em: 21 mar. 2022.

MENEZES, G. S. G. de. **História Para Ninar Gente Grande**”: análise do figurino da Estação Primeira de Mangueira em 2019. 60 p. Monografia (Graduação em Design-Moda), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/59073>. Acesso em: 29 out. 2022.

MESQUITA, F. P. de O. Novo jornalismo e abolicionismo: o jornal *Libertador* e a imprensa política na província do Ceará (1881-1884). **Ars Historica**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 237-265, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7947028>. Acesso em: 07 abr. 2022.

MIRANDA, L. de N. de. O liberto Napoleão e o movimento abolicionista, 1881-1884. **Revista do Instituto Cearense**, 2020. Disponível em: <http://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAnoHTML/2020indice.html>. Acesso em: 08 abr. 2022.

MOREL, E. **Vendaval da liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

PATROCÍNIO, J. do. **Manifesto da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1883. 22 p.

PRIORE, M. D. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 7-16, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X010019001>. Acesso em: 07 abr. 2022.

REVISTA ILLUSTRADA. 1876-1884. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

SANTOS, J. V.; ZOPPI-FONTANA, M. Lei, arquivo e acontecimento no Brasil escravista: sentidos de liberdade na Lei do Ventre Livre. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 9, n. 2, p. 39-54, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/el.v9i2.1154>. Acesso em: 01 nov. 2022.

SANTOS, M. E. V. dos. Antes do 13 de maio: o 25 de março no Ceará e o movimento abolicionista em Pernambuco. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 53, p. 149-183, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/aa.v0i53.22475>. Acesso em: 03 jun. 2022.

SCHMIDT, B. B. Construindo Biografias. Historiadores e Jornalistas: aproximações e afastamentos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 03-21, 1997. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2040>. Acesso em: 21 mar. 2022.

SILVA, M. de O. S.; OLIVEIRA, M. da G. de; GUIMARÃES, T. F. Biografia, um campo de possibilidades. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 143-159, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8103215>. Acesso em: 22 mar. 2022.

VIANA, K. **Dragão do Mar**: herói da Terra da Luz. (Literatura de Cordel). Ceará: Tupynanquim Editora, 2010.

XAVIER, P. P. História, Memória e Historiografia: o Dragão do Mar na escrita de Edmar Morel (1949). **Simpósio Nacional de História-ANPUH**, 2009. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772006_233013c0f7f0c3f61e2e4e9d94734364.pdf. Acesso em: 02 mar. 2022.

REDENÇÃO OU LIBERDADE: O HERÓI DRAGÃO DO MAR E O
SEU PAPEL NA ABOLIÇÃO DO CEARÁ (1881-1884)

XAVIER, P. P. **O Dragão do Mar na “Terra da Luz”**: a construção do herói jangadeiro (1934-1958). 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado em História Social), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/13206/1/Patricia%20Pereira%20Xavier.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2022.